

MARIA DE FÁTIMA CARRADA FIRMO
Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá - UNESA
Professora de Direito da Criança e do Adolescente no Curso De
Graduação da Universidade Estácio de Sá - UNESA.

**A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO**

2ª edição,
atualizada de acordo com o novo Código Civil
(Lei nº 10.406/02)

RENOVAR

Rio de Janeiro. São Paulo. Recife.
2005

347.64(81)
F525c



Sumário

I. INTRODUÇÃO	1
II. OS COMPROMISSOS SOCIAIS DO BRASIL FIRMADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05.10.1988	7
III. A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	17
3.1. Normas Constitucionais	20
3.2. Normas infraconstitucionais	29
3.2.1. Estatuto da Criança e do Adolescente	31
3.2.1.1. ECA - LIVRO I —Parte Geral	33
3.2.1.2. ECA-LIVRO II —Parte Especial	34
A — Título I — Da Política de Atendimento	34
B — Título II — Das medidas de proteção	38
C — Título III — Da prática de ato infracional	39
D — Título IV - Das medidas pertinentes aos pais	40
E —Título V —Do Conselho Tutelar	46
F — Título VI — Do acesso à Justiça	48
G — Título VII - Dos crimes e das infrações administrativas	54
H — Das Disposições Transitórias	62
IV. PRINCIPAIS CRÍTICAS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº8.069,de 13.07:1990)	65
4.1. Controvérsias sobre as atribuições dos Conselhos Tutelares em face à dos Assistentes Sociais, previstas na Lei nº 8.662/93	69
4.2. Controvérsias sobre o limite etário para a imputabilidade penal, e sobre a distinção entre criança e adolescente	77
4.2.1. A inimputabilidade penal e os diferentes parâmetros de idade para a fixação das normas referentes à criança e ao adolescente	83
4.2.2. Distinção entre CRIANÇA e ADOLESCENTE e as medidas aplicáveis à criança infratora, excluídas da competência do Poder Judiciário	97
V. AÇÕES DE RESPONSABILIDADE E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	109
5.1. A Proteção Jurisdicional dos Direitos da criança e do adolescente	112
5.1.1. Capacidade de Exercício do Direito de Ação	114

347.64(81)
F525c



5.2. O Ministério Público nas Questões da Criança e do Adolescente	119
5.3. Garantidas Constitucionais e Ações de responsabilidade	120
5.3.1. Habeas Corpus	123
5.3.2. Mandado de Segurança	125
5.3.3. Ação Popular	127
5.3.4. Mandado de Injunção	138
5.3.5. Habeas Data	139
5.3.6. Ação Civil Pública	141
5.4. Responsabilidade dos Pais e Ações de Responsabilidade	151
5.5. Responsabilidade do Estado e Ações de Responsabilidade	161
5.5.1. Responsabilidade da Sociedade	169
6.1.2. Da Periclitación da vida e da saúde	199
6.1.2.1. Abandono de Incapaz	199
6.1.2.2. Exposição ou Abandono de Recém-nascido	203
6.1.2.3. Omissão de Socorro	204
6.1.3. O Abandono dos "meninos e meninas de rua"	207
6.1.4. As conseqüências Sociais do Crime de Abandono	211
VI. O ABANDONO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — SEUS RESPONSÁVEIS — AÇÕES JURÍDICAS PRÓPRIAS	173
6.1. O crime de abandono	186
6.1.1. Dos crimes contra a assistência familiar	188
6.1.1.1. Abandono Material	189
6.1.1.2. Entrega de Filho Menor a Pessoa Inidônea	193
6.1.1.3. Abandono Intelectual	194
6.1.1.4. Abandono Moral	196
VII. A LEI E A REALIDADE DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

347.64(81)
F525c

